



AEDOS

Revista do corpo discente
do PPG-História da UFRGS

Visibilidade a fórceps: a sociabilidade homoerótica no Parque Municipal de Belo Horizonte e algumas decorrências nos anos 1950-1960

Forceps visibility: homoerotic sociability in the Belo Horizonte Municipal Park and some consequences in the years 1950-1960

Luiz Morando¹

Resumo: O chamado Crime do Parque, ocorrido em Belo Horizonte em dezembro de 1946, expôs publicamente um território ocupado por homens homo e bissexuais com várias marcas características de uma subcultura. Treze homossexuais frequentadores desse território foram chamados para depor na fase de inquérito policial nas investigações sobre o crime. Baseado em notícias de jornais e nos autos judiciais do Crime do Parque, o presente texto tem a intenção de verificar como o Parque Municipal se tornou um espaço de homossociabilidade e outras ocorrências posteriores, ao longo dos anos 1950 e 60, que acentuaram esse equipamento urbano como local privilegiado de trocas e experiências homoeróticas.

Palavras-chave: Homossociabilidade. Cultura homoerótica. Crime do Parque.

Abstract: The so-called Crime do Parque, which occurred in Belo Horizonte in December 1946, publicly exposed a territory occupied by homo and bisexual men with numerous characteristics of a subculture. Thirteen homosexuals from the territory were called to testify in the police investigation phase in investigations into the crime. Using newspapers and judicial documents of Crime do Parque as source, the present text intends to verify how the Municipal Park became a space of homossociability and other later occurrences, during the years 1950's and 1960's, that accentuated that urban equipment as a privileged place of homoerotic exchanges and experiences.

Keywords: Homossociability. Homoerotic culture. Crime do Parque.

“Que cidade horrorosa, que não dá crimes!”, [Alberto Deodato] bradava a cada manhã. “Não dá nada de sensacional! E temos de encher um jornal!” (WERNECK, *O desatino da rapaziada*, p. 83)

Introdução

¹ Doutor em Estudos Literários - Literatura Comparada, pela Universidade Federal de Minas Gerais (1997) e docente do curso de Letras no Centro Universitário de Belo Horizonte (Uni-BH). E-mail: luizmorando@gmail.com.

As observações presentes neste texto resultam do material reunido sobre o Crime do Parque.² Nesse sentido, este artigo toma um assassinato ocorrido na década de 1940, na capital mineira, e o lê baseado em duas fontes principais: uma peça jurídica – o primeiro volume dos autos processuais (constituído de cinco volumes e aproximadamente 1.100 páginas) – e peças jornalísticas – notícias que circularam sobre o crime em jornais e revistas da época. Além disso, examina-se como o Parque Municipal se tornou um espaço de homossociabilidade e verificam-se outras ocorrências, nas décadas de 1950 e 60, que acentuaram esse equipamento urbano como local privilegiado de trocas e experiências homoeróticas.

De certa perspectiva, na manhã de 5 de dezembro de 1946 a capital mineira não acordou mais a mesma: seja por causa da campanha eleitoral em plena ação, para eleger um governador após o recesso democrático de 15 anos do governo Getúlio Vargas, seja pela descoberta do corpo de um homem morto, em determinada área do Parque Municipal, na região central da cidade. Da campanha eleitoral foi conhecido seu resultado em janeiro de 1947, com a eleição do político udenista Milton Campos. Sobre aquele corpo, o resultado demorou mais um pouco: o processo das investigações se arrastaria até abril de 1953, quando o suposto criminoso foi denunciado. Um ano depois, em abril de 1954, ocorreu seu julgamento. Entre dezembro de 1946 e abril de 1954 uma longa história transcorrerá, projetando luzes e sombras, por um lado, a fatos anteriores a 1946, e, por outro lado, até 1969, quando o suposto criminoso é assassinado.

Dois ocorrências levaram à descoberta do corpo em questão: muito cedo, naquela manhã de 5 de dezembro, algumas normalistas atravessavam o Parque Municipal, dirigindo-se ao Instituto de Educação para as provas finais, quando entreviram um homem estendido em meio a um pequeno bosque de eucaliptos, em uma posição estranha. Ao se aproximarem, assustaram-se com a cena: olhos abertos vidrados, boca entreaberta, garganta com vários cortes, roupa ensanguentada, membros fletidos em *rictus*. Elas correram em busca de um policial. Um pouco antes, um menino de 12 anos vira a mesma cena e também partira apressado à procura de alguém. O primeiro policial que chegou deu o alarme na Chefia de Polícia, que acionou a Delegacia Especializada de Segurança Pessoal.

² As considerações desenvolvidas neste artigo fazem parte de um projeto maior que busca compreender a formação e as transformações de uma cultura homoerótica em Belo Horizonte (MG), entre 1917 e 1989. Devido à amplitude do arco temporal, as informações são coletadas por meio de três bases de dados: as notícias veiculadas pela imprensa escrita (jornais, revistas e boletins); autos judiciais de crimes que envolvem pessoas do segmento LGBTQIA; história oral. Dessa forma, tenta-se configurar, mesmo que por vias indiretas (sem acesso direto, sobretudo nos períodos mais remotos, ao discurso de pessoas do segmento referido) as formas pelas quais uma rede de homossociabilidade se constituiu na capital mineira.

Desse modo, a polícia tomou conhecimento da morte do paulista Luiz Gonçalves Delgado, diretor comercial da Eletroquímica Brasileira, assassinado com 28 facadas, conforme o laudo de necropsia preparado pelo Serviço de Medicina Legal. Ainda pela manhã, o corpo fora fotografado no suposto local do crime, mas a ação da Polícia Técnica, criticada ao longo dos anos seguintes, foi precária: a área não fora isolada. Desde esse primeiro momento, uma marca particular a esse caso se apresentou: a espetacularização – diversos transeuntes curiosos se aproximaram e descaracterizaram o entorno do suposto local do crime. A céu aberto, o investigador chamado a comparecer no local fez sua primeira revista no corpo da vítima, encontrando nos bolsos um porta-níquel, dois bilhetes de bonde, uma bisnaga de vaselina branca esterilizada, um molho de chaves e um pente. Ao fazer a remoção do corpo do local, encontrou-se um par de óculos com as lentes quebradas. A ausência da carteira nos bolsos da vítima despertou a suspeita de latrocínio, o que motivou o envolvimento da Delegacia Especializada de Roubos e Falsificações nas investigações. Por sua vez, coube à Delegacia Especializada de Vigilância Geral também participar das investigações por tratar-se de um homicídio em local público. Desde o início, então, três inquéritos seguiram em paralelo.

Os cinquenta primeiros dias de diligências foram frustrantes para a polícia, a imprensa e a opinião pública: a polícia parecia tatear às cegas, com certa competição entre investigadores e inspetores das diferentes delegacias; a imprensa começava a perceber um fato potencial para multiplicar a vendagem e os leitores, estimulando a curiosidade sobre o caso; o público deliciava-se com a ansiedade e a onda de boatos que começavam a circular. Para uma capital com fama de pacata, sem crimes que alimentassem a imaginação da população, como ilustra a epígrafe exasperada de um jornalista no final da década de 20, o Crime do Parque, como ficou conhecido, arrebataria a cidade com um grau de sensacionalismo quase inesgotável.

A espetacularização premeditada e muito exercitada, além de forçada por parte da imprensa, ficou evidenciada no texto do repórter mineiro, *doublé* de advogado, Marcelo Coimbra Tavares. Depoente de primeira hora no processo, Tavares publicou uma reportagem em *Manchete*, de 8 de maio de 1954, na qual rememorava os impactos do crime em seus primeiros momentos e que começava assim:

Quando premido pelo secretário de redação e o repórter policial mineiro alegava fraqueza do noticiário, havia sempre uma solução para manchete caça-níquel, em duas colunas no alto da página: “NOVA E SENSACIONAL VERSÃO DO CRIME DO PARQUE” ou “OUTRO SUSPEITO DO CRIME DO PARQUE”. Foi esse o recurso de movimentação jornalística durante vários anos em Belo Horizonte. O Crime do Parque é

o Sacopã das Alterosas. Mistério, sangue, taras, versões contraditórias, depoimentos sensacionalistas, advogados, vedetes, desmentidos, hipóteses. Um crime que escandalizou a sociedade mineira e trouxe à superfície o lodo do pântano de uma *subsociedade de anormais* (TAVARES, 1954, p. 11, grifos meus).

Esse caráter de espetacularização ainda se confirmava, ao longo dos anos de investigações, pelas expressões que repercutiram incansavelmente o tom folhetinesco da abordagem: ‘crime misterioso’, ‘tenebrosa história de um misterioso crime’, ‘novas e sensacionais revelações sobre o rumoroso Crime do Parque’, ‘história excitante do Crime do Parque’, ‘lances rocambolescos do famoso Crime do Parque’, ‘drama nebuloso’, ‘novela interminável’, ‘celebérrimo Crime do Parque’, ‘espetáculo sensacionalmente imprevisto’, ‘enredo de um filme policial’. O apelo dramático, as referências a gêneros literários, o reforço com metáforas teatrais, o claro/escuro da adjetivação foram elementos largamente utilizados para enfatizar o conteúdo clamoroso das notícias.

Por conseguinte, a própria polícia resvalou para o caminho do espetáculo. As primeiras versões começaram a surgir no final de janeiro de 1947, quando o delegado Orlando Moretzsohn, da Delegacia Especializada de Vigilância Geral, decidiu seguir uma linha desprezada até então: colocar um investigador para observar mais detidamente o local onde a vítima fora achada e suas redondezas dentro do Parque Municipal, bem como seus frequentadores. Com essa medida, baseada também em denúncia, no ano anterior, de assaltos a homossexuais no Parque, começou a emergir oficialmente um cenário do qual muito provavelmente a polícia já tinha conhecimento: a vida diurna e noturna dos transeuntes mais diários do Parque.

O Parque Municipal Américo René Giannetti foi inaugurado em 27 de setembro de 1897, com projeto do francês Paul Villon. No desenho original, esse equipamento ocupava uma área três vezes maior que a atual. Nas primeiras décadas de ocupação da capital recém-fundada, o Parque era usado para eventos sociais, esportivos e de lazer. Retretas musicais, competições de natação, corridas de bicicleta eram algumas das atividades que distraíam o belo-horizontino. Espaço para passeio e *flânerie*, o Parque era cercado originalmente apenas por arame. A partir de 1918, os mourões da cerca são substituídos por pilares de ferro e, em 1926, o arame é substituído por um gradil. Ainda em meados dos anos 20 é criada uma espécie de jardim zoológico, com jaulas para antas, onças, pacas, capivaras, veados, macacos, pavões, tamanduás, além de viveiros para diversas aves. Em 1937, em um de seus retalhamentos, o Parque é cortado para dar continuidade à rua Pernambuco, atual alameda Ezequiel Dias. Em 1941, na administração do

prefeito Juscelino Kubitschek, os portões e o gradil são removidos. Em 1944, a área ainda abrigou o Instituto de Belas Artes, no qual o professor Alberto da Veiga Guignard era o responsável pelo curso livre de Desenho e Pintura.³

Embora a aparência seja de modernização constante, as sucessivas administrações desse logradouro foram criticadas pela falta de infraestrutura, como melhoria no calçamento e na iluminação; limpeza das áreas aquáticas; manutenção da jardinagem; melhor policiamento. Ao lado daquela vida social de lazer e dessas deficiências, o Parque ainda era ponto de encontro das camadas baixas da população, como se refere Cyro dos Anjos (1994, p. 269): “[...] depois da retreta, que acabava às nove da noite, as mulatas desciam para outro *footing*, o da Avenida, e dali iam para cinemas poeira ou sumiam com os namorados pelo Parque [...]”. Desse ambiente foi surgindo aos poucos uma cultura constituída por assaltantes e homossexuais alvos de extorsão. É esse conjunto de experiências e vivências socioculturais e erótico-sexuais que o delegado Orlando Moretzsohn exibirá com sua linha de investigação.

De 27 de janeiro a 20 de junho de 1947, foram inquiridos três achacadores, de um grupo de cinco, e treze ‘pederastas passivos’, como eram referidos. O primeiro homossexual compareceu à Polícia em 7 de março de 1947 e alegou apenas “cordiais relações de amizade” com Luiz Delgado, tendo-o conhecido durante um curso na Cultura Inglesa, em março de 1944. Raul Mota, à época com 20 anos, estudante de Medicina, acrescentou que

[...]; embora tivesse privado com Delgado, nunca houve entre o declarante e ele prática de ato algum anormal, desconhecendo por completo se Luiz tinha qualquer distúrbio sexual; que nenhuma revelação ouviu de Luiz a este respeito, isto é, a qualquer anomalia sexual de que porventura padecesse; [...] (I, p. 84-85).

Em outra passagem do mesmo depoimento, Mota afirmou:

[...]; que, por várias vezes, Delgado fez ao declarante referências a rapazes da nossa sociedade da seguinte maneira: “Eu hoje vi o Francisco Américo de Paiva, ou Chico, como ele sempre expressava, ou o Lúcio Otávio Marques Lisboa”; que Delgado costumava se referir a esses rapazes e a outros, *dando-lhes nomes de atrizes do cinema americano*; que, o declarante, se tinha algum desses apelidos, ignora; que sabe que os seus colegas põem em dúvida a sua masculinidade, chegando mesmo alguns a acreditar que seja passivo; que tal juízo não tem fundamento [...] (I, p. 85, grifos meus).

³ Cf. *Parque Municipal: crônica de um século*, Companhia Vale do Rio Doce, 1992.

⁴ Os depoimentos aqui transcritos foram retirados do primeiro volume do processo criminal instaurado contra o gaúcho Décio Frota Escobar. Os autos são constituídos de cinco volumes, sendo que o primeiro contém as investigações realizadas de 1946 a 1951. As referências ao final de cada citação serão feitas pelo número do volume em algarismo romano, seguido do número da página.

No entanto, a 11 de março do mesmo ano, por motivo não revelado, Raul Mota retornou à Polícia para aditar suas declarações, alegando que faltara com a verdade. A partir de então, iniciou-se a série de referências que começou a construir o cenário de encontros homoeróticos no Parque Municipal:

[...] que, de tempos a esta parte, se deu ao vício da pederastia passiva, tendo tido relações sexuais com mais de um homem; [...]; que, tendo-se feito amigo de Delgado, a amizade degenerou-se logo para o homossexualismo, figurando Delgado como ativo e o declarante como passivo; [...] sendo certo, entretanto, que ele se referia a vários homens com quem mantinha relações sexuais, principalmente no Parque Municipal, onde sempre estava à noite; que o declarante por mais de uma vez se encontrou com o seu amigo nas adjacências do Parque onde, ele dizia, estava “mariscando”; que *Delgado, em se referindo ao Parque, o chamava de Pátio dos Milagres*, parodiando Victor Hugo; que jamais teve relações sexuais com Delgado naquele logradouro público, mas ouviu dele que ali havia de tudo e por isto ele o frequentava; [...] (I, p. 95-96, grifos meus).

As referências são muito explícitas a uma espécie de sociedade que já circula no Parque Municipal, sempre à noite, no referido Pátio dos Milagres. O ato de mariscar não diz respeito apenas ao marisco em si, ao fruto do mar, mas também comporta a ação de procurar a pedra de valor entre o cascalho. A ideia de mariscada ficaria ainda mais acentuada ao final do depoimento, quando Mota acrescentou

que Delgado declarou ao declarante que a pederastia campeava no Parque e que todos iam ali com o objetivo de encontrar este ou aquele de melhor aspecto ou mesmo já conhecido, mas quando tal não ocorria, havia o que ele chamava de “leilão”, isto é, qualquer um servia [...] (I, p. 97).

Figurativamente, na falta da pedra preciosa, no tardio da hora, que se ficasse com o melhor fruto do mar. O Parque atuava como campo de ocupação a partir de determinado horário da noite, quando se leiloava no adiantado da hora, caso o encontro não ocorresse em tempo desejado: qualquer semelhança com o que, hoje, em certas regiões, é chamado de ‘liquidação’ não é mera coincidência. Embora as épocas sejam diferentes, não deixa de ser extravagante perceber que as construções simbólicas de linguagem permanecem as mesmas: a ideia de mercado, de lei de oferta e procura, de concorrência no espaço de convivência e busca de realização do desejo homoerótico.

Antes de avançar na apresentação das declarações dos homossexuais intimados a comparecer à delegacia, é fundamental circunstanciar a situação em que eles se encontram ao depor. Deve se observar que o discurso do depoente que consta nos autos é construído pela visão de um narrador em terceira pessoa: o delegado faz a pergunta ao declarante e o escrivão de

polícia registra o conteúdo da declaração, traduzindo esse conteúdo em um jargão comum ao discurso policial. Naturalmente, isso não assegura que o depoente tenha dito de fato aquilo que vai expresso na declaração que ele próprio assina. Por exemplo: é pouco provável que vocábulos, termos e expressões típicos do discurso médico-legal, psiquiátrico, judicial – intensamente utilizados na primeira metade do século XX como forma de caracterizar as sexualidades dissidentes – fossem autoatribuídos pelos depoentes. Isso acentua o caráter de ‘intromissão’ do escrivão no registro da declaração: dificilmente o depoente reconheceria que se entregava “ao vício da pederastia passiva”, ou fosse um “anormal” ou ainda portador de “distúrbio sexual”.

A situação é compreensível: o atendimento à intimação era obrigatório, o que já colocava o depoente em situação de desconforto, como poderá ser percebido em alguns casos. Soma-se a isso, o provável mal-estar de ser apontado e reconhecido na rua ou na própria delegacia como homossexual, gerando constrangimento e indisposição. Além disso, a intermediação do escrivão não impedia ao delegado – pelo contrário, facilitava – a introdução daqueles termos ou expressões não utilizados oralmente pelo depoente, mas julgados sinônimos e mais adequados àquele contexto. Em suma, o procedimento de inquirição revela os conceitos, as ideologias e a mentalidade da época.

Retomando os depoimentos dos homossexuais, o trabalho da Polícia, a partir daquele primeiro conjunto de informações concedidas por Raul Mota, foi apenas o de chamar os próximos depoentes e recolher as peças que ia montando sobre o Pátio dos Milagres. Intempestivamente ou não, Raul Mota referiu-se em seu depoimento a três frequentadores do Parque com quem Delgado mantinha relações: Wilson Papa, Anor Afonso e Décio Escobar. Este, em 1954, depois de diversos acontecimentos rocambolescos, assentou-se na cadeira do réu, tendo sido absolvido por cinco votos contra dois.

Wilson Papa, de 24 anos, em depoimento de 12 de março de 1947, apontou outra peculiaridade que guardava semelhanças com uma prática que se tornou comum nas abordagens sexuais homoeróticas:

[...]; que nunca revelou, ou melhor, que sem ter revelado a Luiz Delgado que fosse pederasta passivo, este se insinuou junto do declarante de modo a que se passassem entre ambos as cenas degradantes que narrara; que essas cenas tiveram início no decurso de uma sessão cinematográfica na qual Luiz masturbara o declarante, fazendo com que este também o masturbasse; [...] (I, p. 98).

Além do trânsito de homossexuais no Parque, que Wilson também mencionou, ele expôs outra forma de encontro sexual em um espaço talvez inesperado para a sociedade da época: o escuro da sala de projeção. Aliás, o ambiente escuro é elemento fundamental para favorecer o encontro dos frequentadores do Pátio dos Milagres: é entre 20 e 23 horas que eles preferencialmente se encontram, em um pequeno bosque de eucaliptos, distante da precária iluminação do Parque, próximo à rua Pernambuco (atual alameda Álvaro Celso). A retirada do gradil incentivou o uso do Parque como local de encontro e contato sexual, conforme relatou Anor Afonso, 28 anos, em 18 de março de 1947:

[...]; que, desde que se retirou o gradil que fechava o Parque Municipal, que se tornou frequente ali; que várias vezes lá foi à noite para *espreitar cenas amorosas que ali se desenrolam*; que o dito logradouro tem grande frequência até nove e meia, dez horas da noite; [...] (I, p. 101, grifos meus).

Anor ainda usou um vocábulo que já naquela época era utilizado para se referir pejorativamente aos ‘pederastas’ – bicha; mencionou a presença de soldados entre os frequentadores e, como Raul Mota, expressou saber o que outros dizem de sua sexualidade:

[...]; que se simpatizou pelo referido cidadão, que lhe pareceu pederasta passivo ou “bicha”, como se usa vulgarmente definir os perversos sexualmente; [...] que no Parque conheceu também, por ser ali frequente, um soldado de nome João, que lhe parece do 1º Batalhão e que é claro e desdentado; [...] que conhece na cidade um outro “bicha”, como se diz, chamado Edgar Cavalcante, que é meio aleijado e costuma usar tóxicos; que outros soldados frequentam o Parque onde *pululam os perversos sexuais*; que, sabe que muitas pessoas que o conhecem põem em dúvida a sua masculinidade e o julgam passivo [...] (I, p. 102-103, grifos meus).

Assim, cada depoente, direta ou indiretamente, foi ampliando o espectro de ação da Polícia. É bem verdade que esta se interessou mais pela busca dos ‘invertidos’, numa espécie de curiosidade maliciosa encapada pela autoridade investigativa. A sucessão de depoimentos prosseguiu com João Gualter Machado, 25 anos, em 22 de março de 1947. Ele acrescentou alguns dados curiosos, sendo o principal a confirmação do trânsito e conhecimento de locais semelhantes para encontros sexuais homoeróticos em outras cidades:

[...]; que há aproximadamente um ano, tendo ido gozar férias no Rio de Janeiro, ali travou relações com indivíduos perversos sexualmente, o que lhe levou também à prática de atos amorais; que, entretanto, não se tornou apenas passivo, pois, por vezes funcionou como ativo; para em seguida permitir que o homem com que copulava também copulasse com o declarante; que, nesta Capital, o Parque Municipal é local preferido pelos indivíduos dados ao homossexualismo; que o declarante também passou a frequentar aquele logradouro público, onde entre vinte e vinte e três horas há grande número de indivíduos ativos e passivos, como, aliás, já ficou dito; que, em dias do mês

de novembro do ano próximo passado ficou conhecendo no local acima um senhor de nome Luiz Delgado, *sem que fosse um apresentado ao outro, como comumente ocorre, um se dirigiu ao outro e se tornaram íntimos*; [...] que a prática dos atos a que se refere com Delgado, verificava-se no interior do Parque, em local mais escuro, conhecido geralmente por Eucaliptos, por haver ali um verdadeiro bosque dessas árvores; [...] (I, p. 105-106, grifos meus).

A referência ao Rio de Janeiro não seria tão particular apenas a homossexuais. Em 6 de junho de 1953, ainda Marcelo Coimbra Tavares, para a revista *Manchete*, iniciou assim sua matéria: “O Parque Municipal de Belo Horizonte é como o Anhangabaú em São Paulo e a rua do Passeio no Rio de Janeiro. Está no centro da cidade e à noite é frequentado pelos invertidos sexuais.” (n. 59, p. 11). Em outra reportagem, desta vez no jornal *Estado de Minas*, há referência ao Parque da Redenção, em Porto Alegre (RS), como local de encontro e socialização homoeróticos (TILL, 1953, p. 14). Fica perceptível, desse modo, que o uso de espaços públicos, em determinadas condições e circunstâncias, cria uma zona de interação homoerótica muito comum nos grandes centros daquela época.⁵

No excerto acima, da tomada de declaração de Machado, ficou ainda explicitado o anonimato como forma privilegiada de aproximação entre os frequentadores do Pátio dos Milagres. Vai sendo constituído aos poucos o quadro desse cenário: iluminação precária; relações fortuitas; anonimato; divisão entre ativos e passivos; atribuição de nomes femininos; compartilhamento de determinado código possível de ser reconhecido em silêncio, sem a necessidade da declaração verbal.

Após o relato de Machado, a Polícia convocou outros dois homossexuais. José Anastácio Pereira Filho, de 26 anos, declarou, em 24 de março de 1947, que

é pederasta passivo e costuma frequentar o Parque Municipal, onde sempre foi à procura de homens para satisfazer-se e ainda o faz presentemente; [...] que há dois meses mais ou menos o declarante se encontrou no Parque com um fiscal de bonde, com quem combinou ter relações sexuais; que, quando andavam à procura de um local mais reservado, o dito fiscal agarrou o declarante e deu neste uma dentada no lábio superior, digo, no lábio inferior, produzindo ferimento; que diante disto o declarante resolveu não mais ter relações sexuais com o fiscal referido; [...] (I, p. 108).

Por sua vez, João Claudino de Paula, de 28 anos, afirmou, em 4 de abril de 1947, que

⁵ João Silvério Trevisan (2000), com o antológico *Devassos no paraíso*, define alguns territórios homoeróticos paulistanos sendo formados no século XX. James Green (2000) chama a atenção para isso em seu estudo sobre a formação de uma comunidade homossexual em São Paulo e Rio de Janeiro, ao longo do século XX, em *Além do carnaval*. Ou ainda Luiz Mott (2008) no texto de apresentação ao livro *Paraíso das Maravilhas: uma história do Crime do Parque*.

tem um distúrbio sexual que faz com que se desinteresse por mulheres, dando preferência a homens que o acariciem, beijando-o ou mesmo mordendo-o; que assim frequenta sempre o Parque Municipal, entre vinte e vinte e duas horas, pois ali encontra sempre homens que satisfaçam seus desejos; [...] (I, p. 117).

Ou ainda Geraldo Martini Leoni, de 22 anos, que em 11 de abril de 1947 iniciou seu depoimento de forma semelhante à de João Claudino: “[...] que sofre de um distúrbio sexual e por isso frequenta o Parque Municipal à noite, para encontrar-se com homens que satisfizessem suas necessidades de passivo; [...]” (I, p. 122). Acrescente-se a esse relato o de Ary de Abreu Peralva, de 26 anos, que em 15 de abril de 1947 declarou

que padece de um distúrbio sexual e por isto frequenta o Parque Municipal à procura de homens que satisfaçam as suas necessidades de passivo; que entre vinte e trinta e vinte e três horas aquele ponto da cidade é procurado por indivíduos que se dão ao vício da pederastia ativa ou passiva; que como ativos conheceu ali dois soldados da polícia sabendo apenas que um se chama João e o outro Joaquim; [...]; que é amigo inseparável de Ary Alves Caldeira, que, segundo sabe, não é passivo, encontrando apenas prazer em conversar com homens; [...] (I, p. 124).

É muito curioso que os três últimos termos apresentados se iniciem com o mesmo padrão: homens que reconhecem sua sexualidade como um sinal de distúrbio, para a qual encontram satisfação no Parque Municipal. A curiosidade em si não diz respeito ao grau de assimilação do discurso médico-legal (intensamente enfatizado na primeira metade do século XX como forma de cerceamento das sexualidades periféricas) por esses sujeitos, mas à forma como relatam isso para a polícia, como se tivessem sido preparados para tal. Ainda é notável, na declaração de Ary, a repetição de personagens que circulam no Parque e que são mencionados em outros depoimentos. Parece realmente haver um núcleo de pessoas mais proximamente relacionadas dentro da comunidade fixada no Parque, compartilhando impressões, percepções e contatos com indivíduos em comum. Além disso, à medida que são chamados à delegacia, conversando com os seguintes, antes da data prevista de intimação, para esclarecer sobre o que foi perguntado e o que possivelmente responder.

À parte as declarações da vida mais íntima dos ‘pederastas’, há os relatos sobre a ação de achacadores no Paraíso das Maravilhas. A presença de policiais no Parque Municipal e, sobretudo, próximo ao bosque de eucaliptos, é recorrente em quase todos os depoimentos, como se pode ver no de Geraldo Leoni:

[...]; que certa noite, no Parque, foi abordado por um soldado da Base Aérea, fardado, o qual pretendeu copular com o declarante; que, não sendo atendido, o dito soldado lhe exigiu dinheiro sob ameaça de prisão, que não foi positada por ter o declarante lhe

entregue uma caneta Parker 51 (cinquenta e um) e cinco cruzeiros, tudo quanto o declarante possuía e que interessou ao militar; que não houve propriamente entrega, como ficou consignado, da caneta e do dinheiro, que foram tirados dos seus bolsos pelo dito soldado; [...] que em uma noite do mês de novembro ou dezembro do mesmo ano, o declarante foi assaltado pelo mesmo militar, que se achava em companhia de um outro militar e de um civil que se dizia investigador e que naturalmente pretendiam exigir do declarante dinheiro ou qualquer outra coisa, não o tendo feito pela chegada, no momento, de outras pessoas; [...] (I, p. 122-123).

Geraldo Gomes Ferreira, de 23 anos, também narrou, em 12 de junho de 1947, sobre sua experiência de assalto no Parque Municipal, mesclando ameaça, violência física e perseguição durante o dia:

[...]; que em dezembro do mesmo ano acima citado (1945), também à noite, o declarante se dirigiu ao Parque em companhia de Geraldo Melilo, residente em Itabirito, às vinte e duas horas e meia; que ao penetrarem no dito logradouro pela avenida dos Andradas, surgiu em suas frentes (*sic*) o grupo de rapazes companheiros de Marquete, estando este presente; que o grupo se acercou do declarante e Geraldo, que também é pederasta passivo, tendo dito que ia espancá-los; que diante disto o declarante correu para o interior do Parque, momento em que um dos rapazes deu-lhe um calça-pé, pelo que o declarante caiu; que ao se levantar o declarante viu que acabava de chegar ao local o seu conhecido Hélio Bagetti, tendo este procurado se intervir na contenda, ficando assim o declarante livre de seus agressores; que não satisfeitos, Marquete e seu grupo passaram a insultar o declarante todas as vezes que o encontravam na rua; [...] (I, p. 135-136).

Por fim, Francisco de Oliveira Souza, de 39 anos, expôs sua experiência em 20 de junho de 1947:

[...]; que em dias do mês de agosto ou setembro de 1946, em data que não pode precisar ao certo, à noite, o depoente foi ao Parque Municipal, onde foi agredido por um soldado da Base Aérea que fazia parte de um grupo de três; que a agressão foi inopinada, pois, ao passar o depoente pelos referidos militares, um deles perguntou ao depoente o que estava fazendo ali, seguindo-se logo a agressão que foi feita com o auxílio de um cinturão; [...] que o referido militar, além de bater com um cinturão no depoente, ainda lhe deu um calça-pé; que anteriormente a fato acima narrado, o depoente foi informado por um rapaz que não se lembra o nome no momento, de que um soldado da Base Aérea havia tomado de um rapazinho uma caneta tinteiro quando o mesmo transitava pela avenida dos Andradas nas proximidades do Parque; [...] (I, p. 138).

Os achacadores atuavam no Parque e em suas proximidades pelo menos desde o final de 1944. Do grupo, a Polícia identificou cinco: Antônio Marin Júnior, de 19 anos, ex-soldado da Base Aérea; Paulo Gomes de Matos, de 21 anos; Evandro Martins, de 22 anos, militar da Base Aérea; Rui Tofani, 22 anos, comerciante; Lucílio Gonçalves, garçom. Os dois primeiros foram suspeitos do assassinato de Delgado. Em setembro de 1947, Paulo Gomes fugiu para São Paulo; em seguida, evadiu-se para Porto Alegre, Montevideu e Buenos Aires. Em 1951, foi detido em Santos, trazido para Belo Horizonte, mas depois liberado por falta de provas. Baseados nos

relatos de extorsão, foram abertos dois processos criminais contra Antônio Marin e Paulo Gomes de Matos, mas ambos não sofreram nenhuma penalidade, pois prescreveram em julgado.

Tempos após o período de inquirição dessas pessoas, quando os inquéritos foram reunidos em apenas um, o delegado Orlando Moretzsohn, da Delegacia Especializada de Vigilância Geral, em 27 de setembro de 1948, entregou ao seu colega da 3ª Delegacia Auxiliar da Chefia de Polícia, Luiz Soares de Souza Rocha, que assumiria o caso, um relatório de apenas uma página no qual se destaca o seguinte parágrafo:

Em o fazendo, devemos esclarecer que o processado contém, em sua maioria, apenas declarações prestadas por indivíduos com os quais o morto mantinha íntimas ligações. Inquirimos tais pessoas, devemos ainda dizer, por se ter apurado que a vítima – Luiz Gonçalves Delgado – padecia de um distúrbio sexual, pelo que era assídua frequentadora do Parque Municipal, onde fomos encontrar a quase totalidade dos que interrogamos. Para nós o crime encontra origem no homossexualismo e as pessoas ouvidas são quase todas portadoras de anomalias sexuais, como revelaram (I, p. 152).

Ficara assim reconhecido o que Robert Park (VELHO, 1973) chamara de “região moral”. Em texto de 1916, intitulado “A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano”, Park considera como região moral um espaço onde uma população “tende a se segregar não apenas de acordo com seus interesses, mas de acordo com seus gostos e seus temperamentos” (p. 64). O Pátio dos Milagres, conforme cunhado por Luiz Delgado, de acordo com o depoimento de Raul Mota, é a feliz expressão daquilo a que Park se refere. Partindo do princípio de que “a cidade é um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a esses costumes e transmitidos por essa tradição” (p. 26), Park sugere o desenvolvimento de estudos que enfoquem o espaço urbano não como uma existência meramente física de edifícios, praças e instituições, mas como uma área cultural gerada como um produto particular da natureza humana. Assim, a cidade possuiria uma organização moral e uma organização física, mutuamente interativas. Desse modo, o aparecimento de regiões morais se deveria “em parte às restrições que a vida urbana impõe; e em parte à permissibilidade que essas mesmas condições oferecem.” (VELHO, 1973, p. 65).

A noção de ‘região moral’ não se confunde com a de território, pois este se refere a um espaço delimitado fisicamente, reconhecido por limites e fronteiras espaciais demarcados de alguma forma. A ‘região moral’ pode se sobrepor ao território, pois em tempos ou em circunstâncias diferentes, o mesmo espaço pode servir à ocupação de uma população que lhe atribui papel diferente daquele habitual ou publicamente reconhecido. É o que parece ocorrer

com o bosque de eucaliptos: durante o dia está integrado ao espaço de lazer e diversão, passando despercebido ao olhar do cidadão comum, não experiente do coletivo que o ocupa à noite para estabelecer sua convivência homoerótica. Nesse sentido, é francamente perceptível o sentido de moral ligado ao termo latino *mores*, relacionado a costumes, hábitos, valores desenvolvidos em determinada comunidade, fortalecendo laços e consolidando um código comum.

A imprensa belo-horizontina foi testemunha desse processo, mas não soube interpretá-lo. Uma das primeiras reportagens a atribuir caráter homoerótico ao Crime do Parque foi publicada em 28 de fevereiro de 1947, pelo jornal *Folha de Minas*. Particularmente naquele mês, a população da cidade vivia atemorizada, segundo algumas matérias do jornal, pela presença de dois assaltantes perigosos na capital, Ciganinho e Zé Muniz, que haviam matado um taxista e um juiz aposentado. Quando da captura e morte de Ciganinho, a referida folha divulgou:

Será “Ciganinho” o autor do Crime do Parque?

Morto “Ciganinho” em dramática resistência à polícia, a necropsia que então se fez no Serviço Médico Legal, revelou dois fatos: o criminoso estava sem alimentar-se há 24 horas e *era um invertido sexual*.

Esta última constatação levou a polícia a considerar sob certos ângulos os vários aspectos da ligação entre Ciganinho e Muniz, no que há circunstâncias bastante sérias para suspeitas.

A serem verdadeiras tais suposições, e parece que o são, estamos revelando um motivo muito íntimo da amizade que surgiu entre os dois criminosos. *É certo que um destino semelhante, nas malhas dos crimes, deveria aproximá-los numa cidade cuja vida ainda não se dividiu em setores muito distintos*. Mas uma atração eletiva talvez justifique a fúria diabólica de uma união firmada em pacto de sangue que os levaria à autodestruição (p. 5, grifos meus).

Por um lado, o repórter aproxima, sem permissão à dúvida, dois tipos de “crime”: o fato de ser homicida e o de ser ‘invertido’, o que definiria a referida atração eletiva entre os dois assaltantes, marginais por dois motivos. Por outro lado, parece que o repórter ainda não havia percebido o crescimento da cidade e suas transformações em setores diferenciados. Ao longo da década de 1930, Belo Horizonte passou por um processo de remodelação, adotando um plano de urbanização considerado arrojado para a época, do qual fizeram parte a demolição de prédios que simbolizavam a velha arquitetura neoclássica de sua fundação e a adoção do *art déco*. A partir de 1935, iniciou-se um processo de verticalização com a construção dos primeiros prédios de dez andares. Após 1937, criou-se a infraestrutura que permitiu o estabelecimento de um centro industrial à base do minério de ferro. Na década de 40 foi implantada a cidade industrial. A administração do prefeito Juscelino Kubitschek notabilizou-se pela otimização desses

empreendimentos. Por fim, a população de 140.000 habitantes, em 1930, saltou para 350.000 habitantes em 1950 (ANDRADE; MAGALHÃES, 1998; CASTRIOTA; PASSOS, 1998).

É nesse contexto que chega a Belo Horizonte, em 1941, Luiz Gonçalves Delgado, nascido em Campinas, para ser Diretor Comercial (erroneamente considerado engenheiro ao longo de sete anos no noticiário dos jornais) da Eletroquímica Brasileira, empresa do grupo Pignatari-Giannetti que instalou a Fábrica de Alumínio de Saramenha (Ouro Preto), dentro do programa de industrialização da capital. Delgado era um dos representantes paulistas da parte Pignatari; Orestes e Américo Giannetti eram irmãos e associados mineiros ao lado paulista. Coincidentemente, o chefe belo-horizontino de Delgado, Américo René Giannetti, administrou a cidade de 1º de janeiro de 1951 até seu súbito falecimento, em 9 de setembro de 1954, tendo sido homenageado com seu nome para denominar o Parque Municipal, na administração seguinte, devido às mudanças paisagísticas e urbanas promovidas no local.

A breve síntese apresentada serve para dar noção do quanto a cidade mudara nas décadas de 1930 e 40, favorecendo o deslocamento de pessoas de diversas localidades para a capital mineira: indivíduos que procuravam posição social e que provavelmente viam nesse espaço estranho diversas possibilidades de se afirmarem em uma nova ordem moral, mantendo uma discrição diurna, temperada com certa liberalidade noturna.

De 1947 a 1953 essa ‘região moral’ pareceu ter sido conhecida formalmente apenas pela polícia e, naturalmente, por seus frequentadores. Em abril de 1953 uma reviravolta jogou no foco da imprensa e no centro da opinião pública o Pátio dos Milagres. Durante o carnaval de 1953, a mineira Yeda Lúcia Ribas Escobar denunciou seu marido, Décio Frota Escobar, como assassino de Luiz Gonçalves Delgado. O delegado Mário Pinto Corrêa, do 3º Distrito Policial, autorizado e designado pela Chefia de Polícia para reabrir o caso, pediu a prisão preventiva de Escobar, então adido cultural da Embaixada brasileira em La Paz, na Bolívia. As notícias de jornais cerraram fileiras, a partir de 16 de abril de 1953, sobre a denúncia de Décio Escobar.

[...] Como dissemos, esta não é a primeira vez que surge o nome de Décio Escobar como suspeito da morte do engenheiro. Já em 1947 foi ele submetido a vários interrogatórios, principalmente pelo então delegado e hoje Corregedor de Polícia, Orlando Moretzsohn. No curso daquelas investigações, ficou apurado que Décio Escobar era portador de profundos desvios sexuais, aos quais dava vazão em rodas também frequentadas por Delgado, igualmente um anormal. Segundo opinião de um policial que acompanhou as diligências, nunca tomara conhecimento antes, em sua vida, “nem mesmo por leituras, de fatos tão escabrosos como os narrados por Décio, em seus depoimentos.” “Recanto das Maravilhas” chamava-se o ponto do Parque Municipal em que se reuniam os desviados [...] (*Diário de Minas*, ano V, n. 1.142, p. 16).

[...] A Delegacia de Vigilância Geral, tendo à frente o sr. Orlando Moretzsohn, esforçava-se para chegar à meta que poderia apontar o matador do engenheiro. O investigador Romualdo conduziu as investigações para rumo completamente diferente do que foi tomado por Zuquim. Aquele policial passou a observar o movimento de indivíduos suspeitos e mesmo anormais que freqüentavam o Parque Municipal à noite. Efetuou várias prisões, apontando inclusive os autores de um assalto com violência ocorrido naquele logradouro. A ação da Delegacia de Vigilância Geral se concentrou nas pessoas que estavam acostumadas a manter encontros no Parque, as quais foram interrogadas e prestaram depoimentos impublicáveis [...] (*Estado de Minas*, ano XXVI, n. 11.052, p. 14).

[...] Luiz Delgado, sendo engenheiro e diretor-comercial da Eletroquímica, era também proprietário da casa em que residia na Serra. Juntamente com vários rapazes, organizou uma república, mas levava uma vida completamente irregular, passando noites e noites sem dormir. É que se encontrava com diversos amigos seus, todos anormais, sabendo-se que freqüentava o Parque Municipal à noite [...] (*Diário da Tarde*, ano XXIII, n. 9.402, p. 1).

Mantidos acobertados durante seis anos sob o argumento de não promover o escândalo e não divulgar informações escabrosas, os resultados das investigações do delegado Moretzsohn foram despejados de uma só vez sobre a população ávida por informação. Diariamente, a imprensa voltava à carga e novas referências iam surgindo sobre o Pátio dos Milagres, a partir de então com novas denominações. Um fato curioso que demonstra o grau de afastamento que determinadas instituições de classe gostariam de manter com a nova onda de notícias em torno do Crime do Parque partiu da Sociedade Mineira de Engenheiros, que fez divulgar uma nota em 23 de abril de 1953:

Delgado não era engenheiro
Uma nota da SME a respeito

A Sociedade de Engenheiros distribuiu ontem à imprensa a seguinte nota:
“A Sociedade Mineira de Engenheiros vem a público declarar, a bem da verdade, que o sr. Luiz Gonçalves Delgado não era engenheiro, não possuía qualquer título relacionado com a engenharia e não exercia nenhuma atividade que tivesse qualquer ligação com a engenharia.
A Sociedade Mineira de Engenheiros faz a presente declaração a fim de evitar qualquer interpretação tendenciosa para com a classe que representa.” (*Diário de Minas*, ano V, n. 1.148, p. 16).

As reações ao processo simbólico de contaminação estavam escancaradas. Durante aqueles sete anos, as referências a Delgado eram sempre feitas como engenheiro da Eletroquímica Brasileira. Com a divulgação de fatos considerados escabrosos e a possibilidade de se estabelecer relação direta entre o crime e a orientação sexual da vítima, não era mais possível

ignorar o que até então não fora desmentido. A própria imprensa se encarregou de reforçar o caráter inferior e o desvalor contidos no grupo que se reunia no Parque Municipal:

[...] Quando o sr. Orlando Moretzsohn assumiu a chefia das investigações, ele ouviu cerca de 30 (sic) anormais que freqüentavam o Parque Municipal. Alguns ali se achavam para a prática de atos que ofendem a moral pública, outros para extorquir dinheiro dos que ali passavam. Toda essa *sub-humanidade* foi ouvida pelo sr. Orlando Moretzsohn. Essa autoridade só não pode chegar a um resultado concludente porque as provas periciais eram falhas. No início, a polícia agiu com grande indiferença em face da coleta de dados. O exame técnico no local foi o mais precário possível, pois coube a um transeunte recolher uma peça que ali foi deixada pela perícia. E essa peça constituiu mais tarde um elemento de certo modo elucidador para o rumo das diligências [...] (*Estado de Minas*, ano XXVI, n. 11.061, p. 16, grifo meu).

A mesma ênfase se repetiu um ano depois, à época do julgamento de Décio Escobar. A imprensa se preparou para a cobertura do evento, também espetacularizado, organizando uma série de reportagens que rememoraram as investigações em torno do crime. A *Tribuna de Minas*, na manhã da abertura dos trabalhos forenses, em 23 de abril de 1954, deu o tom com a passagem abaixo:

[...] As aventuras daquela noite significaram para o químico o término de sua existência. Significaram para muitos outras situações desagradáveis e mesmo vexatórias. Uma *verdadeira subespécie humana* ascendeu às páginas dos inquéritos policiais e, durante meses sem fim, uma *galeria de anormais* desfilou pelos corredores e cartórios da Polícia Central [...] (n. 830, p. 10, grifos meus).

A chave de ouro coube à revista *Manchete*, com longa matéria sobre a absolvição de Décio Escobar:

Não ficou bem caracterizada no despacho de pronúncia a natureza do crime. Presume-se a sua condição de passional com reflexo no terreno psicológico. Delgado era um anormal. Décio também é acusado (inclusive pela própria esposa) de práticas homossexuais. No Parque Municipal funcionava um estranho *clube de viciados*: o *Recanto das Maravilhas*. Seus frequentadores tinham *apelidos esdrúxulos e significativos*: Jasmim, Trenzinho de Luxo, Perfume da Madrugada, Dorian Gray, Veludo da Noite, B... de Cetim, Messalina, Príncipe de Gales, Marieta, Carmem Miranda, Estrela Matutina, Pompom Grená, Bombonzinho... (n. 107, p. 11, grifos meus).

De Pátio dos Milagres a Paraíso das Maravilhas (ou Recanto das Maravilhas) há certo *glamour* expresso na aparência das imagens, sobretudo se comparado à descrição original de Victor Hugo (1985) para o Pátio dos Milagres. O narrador de *O corcunda de Notre Dame* menciona uma ampla praça na Paris do século XV onde a população mais empobrecida se mistura a malfeitores e meliantes. Assim é descrito o Pátio dos Milagres:

[...] cidade dos ladrões, hedionda verruga no rosto de Paris; esgoto donde saía todas as manhãs e onde se recolhia todas as noites esse rio de vícios, de mendicidade e de vagabundagem, [...]; colméia monstruosa, [...]; asilo monstruoso [...]; imenso guarda-roupa, numa palavra, onde se vestiam e despiam naquela época todos os atores dessa comédia eterna que o roubo, a prostituição e o assassinio representam no palco de Paris. [...] Era como um mundo novo, desconhecido, inaudito, disforme, réptil, pululante, fantástico. [...] (HUGO, 1985, p. 81).

Se na superfície a imagem se altera, deixando de ser pátio para ser paraíso ou recanto (os dois últimos com conotação mais agradável e prazerosa, comparados à descrição do pátio contida na narrativa de Hugo), na profundidade permanece aquele mundo do desconhecido e do inaudito mesclado à ideia coletiva de sociedade ou clube de homens que pertencem a uma subespécie de viciados e anormais. Sem dúvida, são termos muito particulares à época, tanto no discurso médico, quanto no médico-legal e no jurídico. Mas também são categorias que apontam para o lugar do estrangeiro e do estranho em meio à população. Na ‘região moral’ constituída paralelamente no território homossexual do Parque Municipal há uma economia de forças que mescla um conjunto de fatores sustentado por um jogo erótico que se baseia na ideia de risco e de arriscar-se, de prazer e dor, na forja de identidades, no anonimato.

A visibilidade do Paraíso das Maravilhas foi dada à força, motivada por esse crime violento e passional; pelas investigações policiais; pelos depoimentos de homossexuais; pela ação da imprensa. Outras ocorrências, originadas ou derivadas do Parque Municipal, ajudarão a acentuar esse território como região moral da cidade e como espaço de expressão de identidades homoeróticas. Uma notícia circulou no dia 22 de janeiro de 1959, ganhando repercussão retumbante nos quatro grandes jornais da capital – *Estado de Minas*, *Diário da Tarde*, *Diário de Minas* e *Folha de Minas* –, baseada no relatório do Delegado de Menores sobre as ações de sua Delegacia em 1958. As reportagens alardeavam a tentativa de criação de um clube por 'menores efeminados'. O *Diário da Tarde* registra os fatos da seguinte maneira:

Procurando a Delegacia de Menores, uma funcionária do IAPC, há tempos, pediu providências para a descoberta do paradeiro de um rapazola, seu irmão. Teve de revelar a desgraça que envolvia a vida da pequena criatura. Costumava, já demonstrando tendências para a anormalidade, frequentar rodas de pederastas no Parque Municipal. Diligenciando sobre o assunto, o delegado Abel Jacinto Ganen acompanhado de uma equipe encarregada de repressão da DAM conseguiram deter cerca de doze menores portadores da anormalidade. Foi assim que se descobriu a terrível verdade da organização do clube do vício. As suas finalidades eram as condenáveis práticas ao ar livre, devendo distribuir carteiras de associados para a identificação destes (*Diário da Tarde*, ano XXVI, n. 11.274, 22/01/1959, p. 5).

Uma medida tomada pelo delegado para tentar estancar "o mal" foi uma "preleção aos progenitores ou responsáveis pelos menores anormais, aconselhando educação e tratamento médicos recomendáveis para a recuperação de todos os envolvidos na escabrosa ocorrência". Exatamente uma semana depois, o mesmo jornal dava destaque a nova reportagem com a manchete "Menores anormais frequentavam casa suspeita da avenida do Contorno". Tratava-se de uma pensão, no bairro Lagoinha, que alugava quartos por uma hora para encontros de homossexuais maiores e menores de idade. A última seção do texto destaca o seguinte:

Segundo informou à reportagem um dos componentes da ronda dirigida pelo subinspetor João Melo, intensa tem sido a atividade da especializada nos últimos dias. Como se sabe, é o Parque Municipal o ponto preferido para os *dates* programados pelos anormais. Nada menos de seis deles foram detidos anteontem pelos "tiras" da DSM. São os seguintes: L.L.A.; E.B.S.; E.F.; J.P.; J.H.R. e J.T.C., todos menores de dezessete anos de idade (*Diário da Tarde*, ano XXVI, n. 11.280, 29/01/1959, p. 6).

No ano seguinte, em junho de 1960, ainda o *Diário da Tarde* publica uma série de três reportagens, do repórter Flávio Ferreira, a respeito da presença de uma juventude transviada na capital mineira. Na última matéria da série, no dia 24 de junho, Ferreira relata que havia sido ciceroneado por um casal de jovens por alguns locais frequentados pelos transviados. Um dos jovens comenta para o jornalista sobre uma "estranha reunião que tipos não menos estranhos estavam (e ainda estão) promovendo no Parque Municipal, na calada da noite." (*Diário da Tarde*, ano XXVII, n. 19.612, p. 6).

A reação não se fez esperar: no dia seguinte, o mesmo jornal publicou uma reportagem sobre grande ofensiva que a polícia havia desencadeado contra a juventude transviada em determinados pontos da cidade, como a praça Raul Soares e o Parque Municipal. Em uma seção do texto, com o subtítulo "Desfile proibido", consta o seguinte:

A Delegacia Especializada de Costumes vai proibir o desfile de homossexuais, denunciado em reportagem do *Diário da Tarde*. Segundo fomos informados, a ronda da DEC foi orientada no sentido de acabar com as reuniões que tipos estranhos vinham promovendo na calada da noite, nas alamedas do Parque Municipal, preparando-se para o mais extravagante desfile que já se teve notícia na cidade. Por outro lado, o delegado Mário Pinto Correia vai inteirar-se detalhadamente da reunião de âmbito nacional, para evitar o atentado que pretendem levar a efeito contra os costumes e o bom nome da cidade.

As autoridades continuam impressionadas com os fatos relatados pelas reportagens deste jornal, mostrando a situação e o procedimento dos delinquentes juvenis que, aliados a elementos nocivos, vêm provocando uma verdadeira inversão de costumes (*Diário da Tarde*, ano XXVII, n. 19.613, p. 8).

Depreende-se dessa notícia uma ocorrência que se tornou cada vez mais comum ao longo da década de 1960 em Belo Horizonte: a tentativa constante de promover desfiles e concursos de travestis. Esse tipo de evento já era comum em Rio e São Paulo; na capital mineira, a mobilização já se iniciava e viria a ter sucesso apenas em novembro de 1966, com a eleição de Sofia de Carlo como Miss Travesti Minas Gerais.

É interessante chamar a atenção ainda para outras duas ocorrências. Em 28 de julho de 1964, por volta de 18 horas, o secretário do Consulado alemão, Rolf Heubach, 27 anos, foi assassinado no apartamento onde morava, na rua Goiás, situado a poucos metros do Fórum Lafayette (que, à época, ainda funcionava naquele logradouro). No dia 30 de julho, dois menores confessos foram apresentados pela polícia: Terezinho Ferreira Ramos, 19 anos, e Oriswaldo de Castro, de 17 anos. Este foi encaminhado à Vara de Menores; Terezinho foi condenado, em dezembro de 1964, a 16 anos de detenção.

São muito poucas as vezes, nas histórias de crimes, em que as matérias de jornais literalmente complementam os autos judiciais. Não é o caso de levantar suspeita sobre a lisura dos autos, mas de observar como que, diante dos representantes da lei, os discursos se tornam mais comedidos e para os jornalistas os depoentes ficam mais à vontade. O fato é que Rolf dividia seu tempo entre o Consulado, o Parque Municipal, os cinemas onde se fazia pegação e os infernhos da sobreloja do Edifício Archangelo Maletta. No final de 1963, em uma de suas investidas no Parque, Heubach conheceu Terezinho, que acabara de chegar de Teófilo Otoni para procurar trabalho.

A maré não soprou favoravelmente para Terezinho. A conjuntura econômica do país não ajudava na virada de 1963/64. Ele viveu de subempregos, biscates e da atividade sexual reconhecida no Parque. Ele não chegou a se tornar dependente de Rolf, mas percebeu que poderia ter ali um meio de conseguir dinheiro 'por pressão'.

Naquele mês de julho, Terezinho conheceu Oriswaldo, que precisava de dinheiro. Os dois planejaram então pedir a Rolf uma quantia e levaram um revólver calibre 22 para ajudar a convencer o alemão. Mais tarde, Terezinho foi reconhecido pelo porteiro do prédio, que já o tinha visto entrar outras vezes acompanhado de Rolf. Naquele início de noite, o alemão entregou seu relógio de pulso. Eles pediram mais. Rolf não cedeu, entrou em luta com Terezinho, que disparou quatro tiros: três acertaram Rolf. Além do relógio de pulso, os dois amigos levaram a carteira com Cr\$11.000,00. O valor foi repartido entre os dois. Oriswaldo ficou com o relógio, com o

qual presenteou sua namorada, que o vendeu para Nagib, na zona boêmia. Nagib foi parado pela polícia para averiguação em uma operação de rotina. Basta rebobinar essas ações para verificar como a polícia chegou a Oriswaldo. De todo modo, no início estava o Parque Municipal cumprindo sua função de aproximação e mediação sexual entre homens, não mais apenas durante a noite, nos encontros furtivos no Paraíso das Maravilhas, mas também durante o dia, nas aproximações fortuitas e veladas entre homens adultos e jovens aparentemente inexperientes.

Por fim, em 1967, o Parque Municipal foi cenário de outro crime de repercussão bombástica, com claro viés homoerótico. Uma cena que precede este crime é a seguinte: por volta de 21:30 horas de 13 de abril daquele ano, Elias Caram Filho, 30 anos, estudante de Filosofia na UFMG, abordou Carlos Alberto Ribeiro, de 20 anos, jogador amador de futebol, convidando-o para um 'programa'. Segundo os autos judiciais, Caram "era dado à lascívia, entregou-se ao homossexualismo ativo e passivo, dando preferência aos homens de cor". Face à recusa de Carlos, o estudante sentiu-se "ofendido e humilhado", tendo ido embora. Porém, ainda conforme os autos, Elias já sabia que Carlos pegava ônibus próximo ao Parque. No dia 21 de abril, ele voltou ao Parque, armado com uma Luger calibre 7,65, e abordou novamente Carlos. Após discutirem aos brados, próximo ao coreto, Elias sacou a arma e disparou contra Carlos. Foram oito tiros enquanto Carlos corria em direção ao portão da esquina das ruas Tamoios e Bahia. Seis balas acertaram o corpo de Carlos Alberto, que ficou estendido próximo ao referido portão.

Uma certa raridade: no inquérito policial, duas travestis – Vampira e Wanderleia – depuseram, relatando um pouco sobre a movimentação no Parque. Tomo aqui parte do depoimento de Vampira, recolhido dos autos judiciais:

que o depoente é “bicha”, isto é, gosta de manter relações sexuais com outro homem; que se conduz assim desde a idade de seis anos; que há cerca de três meses o depoente chegara ao Parque Municipal, onde se encontraria naturalmente com suas “amiguinhas”, porém como a “barra” estivesse pesada, com polícia para todos os lados, ficou meio apreensivo e, naquele dia ficou sabendo que uma amiguinha de nome Roberto Elísio, cujo verdadeiro nome é Elias Caram Filho, dera sete tiros num rapaz, só porque este não quis manter relações sexuais com o mesmo e chegara mesmo brigar com ele no dia em que Elias ou Roberto Elísio lhe passara uma “cantada”; que era fraco de Elias Caram Filho gostar de rapazes de cor preta (...); que o ponto de reunião e debates e bate papo referentes ao outro sexo (homem) era no Parque Municipal; que Elias Caram Filho ou Roberto Elísio não saía do Parque Municipal; (...) que Elias Caram Filho sempre anda de motocicleta, razão de seu sucesso além do dinheiro que possui; que no dia do crime, no Parque Municipal, uma outra “bicha” que já foi apaixonada de Elias Caram Filho e cujo nome de “paquera” é Vanderleia e outros como Verinha, Franchona, viram o desenvolver dos fatos, da discussão, dos tiros contra a vítima, dados por Elias Caram Filho; (...).

Elias Caram foi identificado criminalmente em maio de 1967, após ficar dias 'desaparecido'. Para imputar incapacidade de discernimento, a família alegou distúrbios psíquicos e a necessidade de tratamento e acompanhamento psiquiátricos. O processo se estendeu por meio de várias interposições e alegações de internação do acusado em instituições de saúde da capital. Em 1975, Caram foi sentenciado à pena de prisão por seis anos, com medida de segurança, ou seja, em um manicômio judiciário ou instituição similar. O mandado de prisão não havia sido cumprido até 1989. Ele foi renovado em 1991. Mas os anos se passaram e nada ocorreu. Por fim, em 2005, um juiz sumariante extinguiu a punibilidade dada a "prescrição de pretensão punitiva".

Encerro este texto pela tangente, buscando um ponto de fuga que não é desvio, mas ponto de passagem para outras situações que precedem ou são posteriores ao Crime do Parque, estabelecendo uma posição de perspectividade. Como foi mencionado no começo deste artigo, a análise desses crimes faz parte de um projeto mais amplo que tenta perceber a construção de uma cultura homoerótica ao longo do século XX em Belo Horizonte. Em 1917, ocorreu um conhecido caso de hipospádia que deu visibilidade precoce à recém-criada capital mineira: um rapaz fora criado como mulher por possuir uma genitália externa que gerava ambiguidade na interpretação de seu sexo. Após passar por rápida cirurgia de desambiguidade sexual, ela “virou” homem. Não houve propriamente uma redesignação sexual, como pode ocorrer com as pessoas transgêneras, mas uma ‘correção’ do sexo de Emília para o de David. Posterior ao Crime do Parque, na década de 60, dois outros acontecimentos, não diretamente ligados ao Parque Municipal, apontam para o reconhecimento daquela cultura. Em dezembro de 1964, a Entend’s Club, a primeira boate de homossexuais na cidade, foi fechada pela polícia movida por denúncia de vizinhos, incomodados pelo barulho e pela movimentação de ‘pessoas estranhas’. Em dezembro de 1965, o jovem Dálvio Lucena Rego tomou uma atitude drástica e se automutilou, extirpando o pênis com uma navalha, na tentativa de tornar-se mulher. No decorrer das investigações, verificou-se em seu quarto um farto material, inclusive jornalístico, de pessoas do sexo atribuído masculino que haviam passado pela cirurgia de redesignação sexual desde a década de 1950, na Europa. Dálvio alegava que não suportava as humilhações na rua ao ser chamado de efeminado.

No caso desta pesquisa, sair pela tangente é apenas verificar que uma cultura homoerótica existe em Belo Horizonte desde o início do século XX, estendendo-se e transformando-se ao longo do tempo, estabelecendo um circuito muito nítido de movimentação de pessoas homossexuais no território urbano. O Parque Municipal foi um dos principais epicentros dessa

cultura, onde foram compartilhados e de onde se irradiaram alguns hábitos e costumes. Importa, sobretudo, compreender como esse local fez convergir a expressão de identidades homoeróticas; como esse equipamento urbano se constituiu como zona de interação homoerótica; como ele se organizou em uma ‘região moral’ na área central da cidade; como incorporou a violência física e/ou simbólica; como soube se estabelecer e manter-se central, embora periférico para as mentalidades.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Rodrigo Ferreira; MAGALHÃES, Beatriz de Almeida. A formação da cidade. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (Org.). *Arquitetura da modernidade*. Belo Horizonte: UFMG, IAB, 1998.

ANJOS, Cyro dos. *A menina do sobrado*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1994.

CASTRIOTA, Leonardo Barci; PASSOS, Luiz Mauro do Carmo. O “Estilo Moderno”: Arquitetura em Belo Horizonte nos anos 30 e 40. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (Org.). *Arquitetura da modernidade*. Belo Horizonte: UFMG, IAB, 1998.

GREEN, James. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. Trad. Cristina Fino e Cássio Arantes Leite. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

HUGO, Victor. *O corcunda de Notre Dame*. Trad. José Gonçalves de Arruda Filho. São Paulo: Clube do Livro, 1985.

MOTT, Luiz. UM Paraíso das Maravilhas infernal... In: MORANDO, Luiz. *Paraíso das Maravilhas: uma história do Crime do Parque*. Belo Horizonte, Argumentum, 2008.

PARK, Robert E. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio G. (Org.). *O fenômeno urbano*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. p. 26-67.

Parque Municipal: crônica de um século. Belo Horizonte: Companhia Vale do Rio Doce, 1992.

TAVARES, Marcelo Coimbra. O Sacopã das Alterosas. Um poeta no banco dos réus. *Manchete*, Rio de Janeiro, n. 59, p. 11-13, 6 jun. 1953.

TAVARES, Marcelo Coimbra. Uma história do Crime do Parque. Um poeta entre a lama e o sangue. *Manchete*, Rio de Janeiro, n. 107, p. 11-15, 8 maio 1954.

TILL, E. Rodrigues. Décio Escobar revelou em Porto Alegre ter assassinado Luiz Delgado. *Estado de Minas*, ano XXVI, n. 11.057, 23/04/1953, p. 14.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 2. ed. rev. amp. Rio de Janeiro: Record, 2000.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Câmara Criminal. Autos processuais contra Décio Frota Escobar. Cinco volumes. 1946-1954.

WERNECK, Humberto. *O desatino da rapaziada: jornalistas e escritores em Minas Gerais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.